

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Locação de palco, house mix e camarim para realização de festas e eventos oficiais do Município de Ubatã, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
1	<p>Locação de palco externo, modelo duas águas, medindo 18,00m de frente por 14,00m de profundidade, com cobertura em estrutura de alumínio Q30 e Q50, coberto com lona antichamas, adequado para realização de eventos de grande porte.</p> <p>O piso deverá possuir dimensões mínimas de 18,00m x 14,00m, totalmente estruturado com armações fixas em treliças Q30 de alumínio, com altura fixa de 2,00 metros e acesso por escada.</p> <p>O piso deverá ser composto por placas de praticáveis em alumínio com assoalho em madeira naval antiderrapante, com espessura mínima de 25 mm e capacidade de carga de 750 kg/m². Os módulos deverão possuir dimensões de 2.000 mm x 1.000 mm, unidos por sistema de travas e encaixes, garantindo estabilidade e segurança da estrutura.</p> <p>Deverá possuir proteções laterais com guarda-corpo medindo 2,00m x 1,00m, com a finalidade de proteção contra quedas, não sendo destinado como apoio permanente.</p> <p>Deverá possuir asas de PA para sustentação das caixas de som, com altura compatível à cobertura do palco.</p> <p>Inclusa 01 (uma) house mix de 01 andar, em estrutura de alumínio Q30, medindo 4,00m x 3,00m, com tablado em madeira naval de 18 mm, instalado a 0,30 m do chão, com cobertura em lona antichamas e guarda-corpo em todo o perímetro. A house mix deverá estar centralizada em relação ao palco principal e posicionada a no máximo 25,00 metros de distância, conforme rider técnico dos artistas.</p> <p>A contratada deverá emitir ART, RRT e/ou TRT referente aos serviços prestados, incluindo transporte, montagem e desmontagem da estrutura.</p> <p>A empresa deverá disponibilizar profissional devidamente inscrito no conselho competente para acompanhamento da instalação, montagem e desmontagem, bem como fornecer a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, RRT e/ou TRT.</p> <p>PARA ATENDIMENTO DA EXPOBIRA, NO PERÍODO DE 11 A 14 DE JUNHO, E DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, A SER REALIZADO NA PRIMEIRA SEMANA DE NOVEMBRO, COMPREENDENDO</p>	Unidade	2	R\$ 64.250,00	R\$ 128.500,00

	LOCAÇÃO PARA ATÉ 4 (QUATRO) DIAS CORRIDOS EM CADA EVENTO.				
2	<p>Locação de palco externo, modelo duas águas, medindo 14,00m de frente por 12,00m de profundidade, com cobertura em estrutura de alumínio Q30 e Q50, coberto com lona antichamas, adequado para realização de eventos de grande porte.</p> <p>O piso deverá possuir dimensões mínimas de 14,00m x 12,00m, totalmente estruturado com armações fixas em treliças Q30 de alumínio, com altura fixa de 2,00 metros e acesso por escada.</p> <p>O piso deverá ser composto por placas de praticáveis em alumínio com assoalho em madeira naval antiderrapante, com espessura mínima de 25 mm e capacidade de carga de 750 kg/m². Os módulos deverão possuir dimensões de 2.000 mm x 1.000 mm, unidos por sistema de travas e encaixes, garantindo estabilidade e segurança da estrutura.</p> <p>Deverá possuir proteções laterais com guarda-corpo medindo 2,00m x 1,00m, com a finalidade de proteção contra quedas, não sendo destinado como apoio permanente.</p> <p>Deverá possuir asas de PA para sustentação das caixas de som, com altura compatível à cobertura do palco.</p> <p>Inclusa 01 (uma) house mix de 01 andar, em estrutura de alumínio Q30, medindo 4,00m x 3,00m, com tablado em madeira naval de 18 mm, instalado a 0,30 m do chão, com cobertura em lona antichamas e guarda-corpo em todo o perímetro. A house mix deverá estar centralizada em relação ao palco principal e posicionada a no máximo 25,00 metros de distância, conforme rider técnico dos artistas.</p> <p>A contratada deverá emitir ART, RRT e/ou TRT referente aos serviços prestados, incluindo transporte, montagem e desmontagem da estrutura.</p> <p>A empresa deverá disponibilizar profissional devidamente inscrito no conselho competente para acompanhamento da instalação, montagem e desmontagem, bem como fornecer a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, RRT e/ou TRT.</p> <p>PARA ATENDIMENTO DAS FESTIVIDADES DE FIM DE ANO, COMPREENDENDO LOCAÇÃO PARA ATÉ 2 (DOIS) DIAS CORRIDOS.</p>	Unidade	1	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00
3	<p>Locação de camarim profissional, medindo 4,00m x 4,00m cada, com cobertura, em estrutura octanorm com chapas TS brancas, dupla face, contendo portas com chave, destinados ao atendimento de artistas de renome nacional.</p> <p>Os camarins deverão ser climatizados com ar-condicionado split de no mínimo 12.000 BTUs em</p>	Unidade	4	R\$ 15.250,00	R\$ 61.000,00

	<p>cada unidade, contendo luminárias em LED, no mínimo 02 (duas) tomadas 110V, no mínimo 01 (uma) tomada 220V e piso tipo deck em ambas as salas.</p> <p>Deverá acompanhar cobertura em tenda, sendo 02 (duas) unidades de 5,00m x 5,00m, em estrutura de alumínio, instaladas sobre a estrutura dos camarins.</p> <p>A contratada deverá emitir ART, RRT e/ou TRT referente aos serviços prestados, incluindo transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>A empresa deverá disponibilizar profissional devidamente inscrito no conselho competente para acompanhar a instalação, montagem e desmontagem, bem como fornecer a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, RRT e/ou TRT.</p> <p>PARA ATENDIMENTO DA EXPOBIRA, NO PERÍODO DE 11 A 14 DE JUNHO, E DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, A SER REALIZADO NA PRIMEIRA SEMANA DE NOVEMBRO, COMPREENDENDO LOCAÇÃO PARA ATÉ 4 (QUATRO) DIAS CORRIDOS EM CADA EVENTO.</p>				
4	<p>Locação de camarim profissional, medindo 4,00m x 4,00m cada, com cobertura, em estrutura octanorm com chapas TS brancas, dupla face, contendo portas com chave, destinados ao atendimento de artistas de renome nacional.</p> <p>Os camarins deverão ser climatizados com ar-condicionado split de no mínimo 12.000 BTUs em cada unidade, contendo luminárias em LED, no mínimo 02 (duas) tomadas 110V, no mínimo 01 (uma) tomada 220V e piso tipo deck em ambas as salas.</p> <p>Deverá acompanhar cobertura em tenda, sendo 02 (duas) unidades de 5,00m x 5,00m, em estrutura de alumínio, instaladas sobre a estrutura dos camarins.</p> <p>A contratada deverá emitir ART, RRT e/ou TRT referente aos serviços prestados, incluindo transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>A empresa deverá disponibilizar profissional devidamente inscrito no conselho competente para acompanhar a instalação, montagem e desmontagem, bem como fornecer a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, RRT e/ou TRT.</p> <p>PARA ATENDIMENTO DAS FESTIVIDADES DE FIM DE ANO, COMPREENDENDO LOCAÇÃO PARA ATÉ 2 (DOIS) DIAS CORRIDOS.</p>	Unidade	2	R\$ 12.250,00	R\$ 24.500,00
V. TOTAL					R\$ 256.000,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para locação de palco, house mix e camarins destinados à realização de shows, apresentações e demais atividades artísticas promovidas pelo Município, para atendimento da EXPOBIRA, aniversário do Município, festividades de fim de ano e demais eventos oficiais.

3.2. A execução abrangerá o fornecimento das estruturas pelo período necessário de cada evento, considerando montagem prévia, permanência durante a realização da programação e retirada após o encerramento das atividades, observando eventos com duração de até 4 (quatro) dias corridos para a EXPOBIRA e aniversário do Município, e eventos de menor duração para as festividades de fim de ano

3.3. O palco compõe a estrutura principal das apresentações, destinado à realização dos shows e instalação dos equipamentos necessários ao evento.

3.4. A house mix integra a operação técnica das apresentações, sendo destinada ao funcionamento do controle de som e iluminação durante a execução dos shows.

3.5. Os camarins compõem a estrutura de apoio necessária ao atendimento de artistas e equipes de produção durante o período de permanência no evento.

3.6. A contratação será realizada de forma conjunta, considerando que palco, house mix e camarins integram a mesma operação e possuem execução diretamente relacionada durante a realização dos eventos.

3.7. Ao final de cada utilização, deverá ocorrer a desmontagem e retirada integral das estruturas, com liberação da área utilizada e encerramento completo da execução contratual.

3.8. A solução adotada atende à demanda temporária da Administração sem a necessidade de aquisição de estruturas permanentes para uso eventual, permitindo melhor adequação da contratação à natureza dos eventos realizados pelo Município.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá contemplar a locação de palco, house mix e camarins destinados à realização de shows, apresentações e demais atividades artísticas promovidas pelo Município, especialmente para atendimento da EXPOBIRA, aniversário do Município, festividades de fim de ano e demais eventos oficiais.

4.2. As estruturas deverão ser fornecidas completas, em condições adequadas de uso e funcionamento, incluindo transporte, montagem, desmontagem e permanência de suporte técnico durante todo o período de utilização.

4.3. O palco deverá atender às dimensões e condições necessárias para instalação de equipamentos, circulação de artistas e equipes técnicas e realização segura das apresentações, observadas as exigências operacionais de cada evento.

4.4. A house mix deverá permitir a adequada instalação e operação do controle técnico de som e iluminação, em posicionamento compatível com a área de apresentação e com as necessidades da produção.

4.5. Os camarins deverão garantir condições adequadas para permanência, preparação e atendimento dos artistas e equipes de produção durante o período das apresentações.

4.6. Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo transporte, montagem, desmontagem, operação, alimentação, estadia, deslocamento de equipe, equipamentos, ferramentas e demais custos necessários ao pleno cumprimento da contratação, correrão integralmente por conta da contratada.

4.7. A contratada deverá manter suporte técnico disponível durante a utilização das estruturas, responsabilizando-se por ajustes, reparos e manutenção corretiva sempre que necessário, sem comprometer a programação prevista.

4.8. Caberá à contratada garantir as condições de segurança para execução dos serviços, fornecendo equipamentos adequados, observando as normas aplicáveis e responsabilizando-se pela integridade física dos profissionais envolvidos na montagem, desmontagem e operação das estruturas.

4.9. A execução deverá observar as normas técnicas aplicáveis às estruturas temporárias para eventos, garantindo estabilidade, segurança e regular funcionamento durante toda a realização do evento.

Subcontratação

4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.12. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

4.13. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.14. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.15. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.16. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e de acordo com a programação dos eventos oficiais promovidos pelo Município, especialmente EXPOBIRA, aniversário do Município, festividades de fim de ano e demais eventos institucionais.

5.2. A solicitação de execução será formalizada pela contratante mediante emissão de ordem de serviço, com indicação do local, período de utilização, estrutura necessária e demais informações indispensáveis para atendimento da demanda.

5.3. A contratada deverá realizar o transporte, montagem, instalação, permanência durante o período de utilização, desmontagem e retirada completa das estruturas, observando os prazos definidos pela Administração e a programação de cada evento.

5.4. As estruturas deverão estar integralmente montadas e em condições de uso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início de cada evento, em prazo suficiente para vistoria, realização de ajustes e liberação para utilização.

5.5. Durante todo o período de utilização, a contratada deverá manter suporte técnico e equipe disponível para atendimento imediato de eventuais ajustes, reparos ou manutenções corretivas, garantindo o pleno funcionamento das estruturas.

5.6. Encerrado o evento, a desmontagem e retirada completa das estruturas deverão ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o término da programação, com liberação integral da área utilizada e retirada de todos os materiais empregados na execução.

5.7. O recebimento do objeto ocorrerá após verificação da correta execução dos serviços, da estabilidade das estruturas, do atendimento às exigências estabelecidas e da regular conclusão da desmontagem e retirada.

Local da prestação dos serviços

5.8. A prestação dos serviços ocorrerá, prioritariamente, na Praça Vereador Horácio Ribeiro, no Município de Ubatuba, local destinado à realização da EXPOBIRA, aniversário do Município, festividades de fim de ano e demais eventos oficiais promovidos pela Administração.

5.9. Havendo necessidade, a execução poderá ocorrer em outros locais indicados pela contratante dentro do território do Município, conforme a natureza e a programação de cada evento, mediante prévia informação na ordem de serviço.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.10. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, o senhor **ADNAN NEGE ABOU EL HOSSN**, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete. Na ausência do fiscal designado, a fiscalização será exercida por servidor devidamente designado pela Secretaria da pasta responsável.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

- 6.15. A gestão da contratação será exercida pelo secretário titular da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**, que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização dos serviços contendo todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 de 2021.

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

- 7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.
- 7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.14.1. o prazo de validade;
- 7.14.2. a data da emissão;
- 7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.14.5. o valor a pagar; e
- 7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.17. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Documentos necessários para a proposta

8.2. Apresentação de laudo técnico de estabilidade e segurança das estruturas de palco, emitido por profissional legalmente habilitado, acompanhado da respectiva ART ou RRT, conforme o profissional responsável.

8.3. Apresentação de laudo de flamabilidade das coberturas em lona e demais materiais aplicáveis, emitido por profissional ou laboratório competente, comprovando atendimento às exigências de segurança contra incêndio e condições adequadas para utilização durante a realização dos eventos.

Documentos necessários para assinatura do contrato

8.4. A vencedora deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, apólice de seguro compatível com a execução do objeto, abrangendo responsabilidade civil, danos materiais, danos estruturais e eventuais danos pessoais causados a terceiros, artistas, equipes técnicas, servidores ou público presente, decorrentes da montagem, permanência, utilização, desmontagem ou falhas das estruturas, mantendo a cobertura vigente durante toda a execução contratual.

Regime de execução

8.5. O regime de execução do contrato será o de preço unitário.

Exigências de habilitação

8.6. Conforme justificado em Estudo Técnico Preliminar, a fase de habilitação deverá anteceder a fase de julgamento das propostas (inversão de fases). Portanto, os documentos de habilitação deverão ser apresentados por todas as empresas licitantes, sob pena de inabilitação.

8.7. Para fins de habilitação, as empresas deverão apresentar:

Habilitação jurídica

8.8. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.9. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.10. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.13. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.15. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade

Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22. Prova de regularidade com a Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

8.26. Apresentação de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou serviços envolvendo locação, montagem e desmontagem de palco, house mix e camarins.

8.27. Prova de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ou outro conselho com atividade regulamentada por lei para execução do objeto desta licitação;

8.28. Prova de registro ou inscrição do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ou outro conselho com atividade regulamentada por lei para execução do objeto desta licitação;

8.29. Comprovação de vínculo empregatício entre a empresa licitante e profissional indicado, mediante apresentação, sem prejuízo de outras comprovações legais, de quaisquer um dos seguintes documentos:

8.29.1. Contrato Social em caso de sócio, proprietário ou administrador;

8.29.2. Carteira de Trabalho;

8.29.3. Contrato de Prestação de Serviços regido pela legislação comum;

8.29.4. Declaração de compromisso de contratação futura;

8.29.5. Certidão de registro no CREA/CAU ou outro conselho que demonstre o profissional como responsável técnico da empresa licitante.

8.30. Comprovação de que a licitante possui profissionais aptos para execução dos serviços de montagem e desmontagem das estruturas em altura, mediante apresentação de certificado de treinamento conforme Norma Regulamentadora nº 35 (NR-35), em plena validade, e comprovação de vínculo com a empresa.

8.31. Comprovação de que a licitante possui profissionais habilitados para execução das instalações elétricas necessárias ao funcionamento das estruturas, mediante apresentação de certificado de capacitação conforme Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10), em plena validade, e comprovação de vínculo com a empresa.

8.32. Prova de registro ou inscrição do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ou outro conselho com atividade regulamentada por lei para execução da parte elétrica das estruturas, acompanhado de comprovação de vínculo, conforme documentos constantes no item 8.28.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubatuba.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

RED.	EXERCÍCIO	ÓRG.	PROGRAMÁTICA	DESPESA	FONTE
618	2026	07.002	07.002.27.813.0005.2066	07.002.27.813.0005.2066.3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Livre
621	2026	07.002	07.002.27.813.0005.2067	07.002.27.813.0005.2067.3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Livre
624	2026	07.002	07.002.27.813.0005.2068	07.002.27.813.0005.2068.3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Livre
DESDOBRADA		3.3.90.39.14.00 – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS			

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ubatuba/PR, 28 de abril de 2026.

Assinado por:
Maria Eduarda Pio da Costa Maeda
29/04/2026 - 13:46
UUQJITCHQCQ005KURDQLQ

MARIA EDUARDA PIO DA COSTA MAEDA
Divisão de Planejamento de Contratações